

Bom Dia CONTRASP

CONTRASP

Edição 1068 - Quarta feira - feira, 06 de novembro de 2024



CONTRASP REPRESENTA OS

TRABALHADORES DA SEGURANÇA PRIVADA

NO SEMINÁRIO SOBRE O ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA – LEI N.º 14.967

05 NOV

convite

SEMINÁRIO

Estatuto da Segurança Privada

Sede Santander
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2235 -
Vila Olímpia, São Paulo - 1 mezanino

Realização: CCASP/MSP Apoio: IBRAGESP Apoio Institucional: FEBRABAN Patrocinadores: Fenavist, CONTRASP, FENAVEL, etc.

O seminário, que contou com a presença de diversas lideranças do setor, abordou temas de grande relevância, entre eles a fiscalização mais rigorosa e a luta contra a segurança clandestina, um fenômeno que, segundo dados apresentados, já envolve mais de 3 milhões de trabalhadores em atividades ilegais, representando um risco tanto para a sociedade quanto para a própria categoria.

A Polícia Federal, durante uma oper Na última terça-feira, 5 de novembro de 2024, a CONTRASP (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Segurança Privada) participou do seminário sobre o Estatuto da Segurança Privada - Lei N.º 14.967, evento que discutiu os impactos e as regulamentações da nova legislação para os trabalhadores deste setor vital para a segurança pública e privada. A confederação, representando suas sete federações e mais de 499.000 trabalhadores em todo o Brasil, reafirmou seu compromisso com a melhoria das condições de trabalho e o fortalecimento da segurança privada no país.

Principais Discussões do Seminário

Um dos pontos centrais do encontro foi o Artigo 3º da Lei 14.967, que trata da regulamentação das atividades de segurança privada no Brasil, destacando benefícios para os trabalhadores e criando um marco legal para o setor. De acordo com a CONTRASP, o estatuto, embora ainda em fase de ajustes, já traz avanços significativos, como a fiscalização mais rigorosa das empresas de segurança privada e a inibição das práticas clandestinas que comprometem a segurança pública.

Outro ponto importante discutido foi a regulamentação das blindagens dos carros de escolta armada e a melhoria no armamento para o transporte de valores, escolta armada e vigilância patrimonial. Essas mudanças visam garantir maior proteção e segurança tanto para os trabalhadores quanto para a sociedade, além de aumentar a eficiência do trabalho dos profissionais da segurança privada.

A questão do uso de armas não letais para os trabalhadores de segurança privada em eventos também foi abordada durante o seminário. A proposta, que vem sendo discutida com a Polícia Federal, visa oferecer mais alternativas de segurança para os profissionais que atuam em locais de grande circulação, como shows e eventos, sem comprometer a segurança dos presentes.

O Compromisso da CONTRASP com os Trabalhadores

O presidente da CONTRASP, Edilson Silva, reafirmou o compromisso da confederação com os trabalhadores da segurança privada. Em seu discurso, ele destacou que a organização continuará a trabalhar incansavelmente para garantir o cumprimento da Lei 14.967 e, principalmente, para que a categoria seja respeitada e valorizada pela sociedade, dada a sua contribuição essencial para a segurança pública. Silva também ressaltou a necessidade de formação de qualidade para os profissionais da segurança

privada, a valorização da dignidade e respeito no ambiente de trabalho, e a redução da clandestinidade, que prejudica a imagem e as condições de trabalho dos vigilantes. Entre os objetivos da CONTRASP com a implementação da Lei 14.967, estão a criação de novos postos de trabalho e a melhoria das condições de trabalho, incluindo remuneração digna, qualificação e reconhecimento social.

Expectativas para o Futuro da Segurança Privada

A CONTRASP acredita que a Lei 14.967, quando totalmente implementada, poderá trazer resultados positivos tanto para os trabalhadores quanto para a sociedade. Entre as expectativas estão a valorização do vigilante, com remuneração digna, formação e qualificação contínuas, condições de trabalho mais adequadas e um diálogo social mais eficaz. A confederação espera, ainda, que a regulamentação traga mais transparência e segurança jurídica para o setor, garantindo que todos os trabalhadores da segurança privada possam exercer suas funções com mais proteção e respeito.

Em seu pronunciamento final, Edilson Silva afirmou: "É isso que nós queremos: que a lei seja cumprida! Queremos que o trabalhador da segurança privada seja respeitado e valorizado pelo papel essencial que exerce para a segurança de toda a nossa sociedade, em complemento

à segurança pública."

A CONTRASP segue comprometida com a luta pela melhoria das condições de trabalho, pela segurança jurídica e pela valorização de todos os trabalhadores da segurança privada, que desempenham papel crucial na proteção de cidadãos e bens em todo o Brasil.

Conclusão

O seminário sobre o Estatuto da Segurança Privada - Lei 14.967 foi mais uma oportunidade para discutir as questões mais urgentes da segurança privada no Brasil. A CONTRASP, representando suas

sete federações, reafirmou sua missão de garantir a dignidade e a valorização dos trabalhadores desse setor, visando não apenas a redução da clandestinidade, mas também a melhoria das condições de trabalho e a formação de novos postos de trabalho.

A confederação continuará sua luta para assegurar que a lei seja cumprida de forma eficaz e que todos os profissionais da segurança privada sejam reconhecidos pelo importante trabalho que desempenham em benefício da sociedade.

Fonte: Contrasp

Novembro Azul

Cuidar da saúde também
é coisa de homem



Presidente: Edilson Lima
Diretor de Segurança e Comunicação: Elton de Paula de Oliveira
Produção: Departamento de Assessoria Jurídica

SEMPRE TEM UM BLOCO CONCENTRADO ACESSO AO REDAÇÃO
AUTORES: ADA NORTE, BRAGA, DE CARVALHO, TAVARES

(011) 5098-8888
(011) 5098-8888

<http://www.contrasp.org.br>

contrasp@redlink.com

contrasp@redlink.com